Entre o público e o privado:
o Hospital Santa Terezinha e a política de assistência aos tuberculosos na Bahia

MARIA ELISA LEMOS NUNES DA SILVA*

Em 04 de junho de 1946, o jornal *Diário da Bahia* publicou uma matéria intitulada "Regime de subalimentação no Hospital Santa Terezinha", suscitando um polêmico debate na imprensa baiana.

A referida matéria, cujo título em si já despertava interesse entre os leitores daquele periódico, era fruto de uma carta anônima recebida pelo jornal. A intenção era atingir o administrador daquela instituição voltada especificamente para a área de tisiologia, acusado de uso indevido de verbas. Abaixo do título, em letras menores, mas com o mesmo efeito "bombástico" estava escrito: "refeições servidas em horas irregulares – suspensas as merendas a título de economia – o administrador é um sócio do Estado – Fatos que estão exigindo a atenção do Departamento de Saúde."

No corpo da matéria denúncias e mais denúncias tornavam públicas as mazelas vividas no dia-a-dia da instituição, apesar de haver o reconhecimento da sua importância, na medida em que a tuberculose era a doença que ocupava o primeiro lugar nas estatísticas obituárias. As refeições, além de mal preparadas, eram servidas fora de hora, e as merendas foram suspensas por contenção de despesas. Quanto ao asseio, deixava muito a desejar, inclusive no que dizia respeito às roupas de cama que eram mal cuidadas. E revelando informações de quem vivia ou estava muito bem informado sobre o cotidiano do hospital era citado um fato, ocorrido dias antes, quando inúmeras peças de roupas foram esquecidas num canto de um dormitório a espera de alguém para levá-las à lavanderia.

Como se isso não bastasse, os doentes ainda tinham seu sono perturbado pelo barulho causado pelo fornecimento de lenha que ocorria no período da noite. A propósito, o missivista anônimo considerava uma boa medida que o Departamento de Saúde afastasse o então fornecedor de lenha, pois, esse era o mesmo fornecedor dos

* Professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

caixões mortuários. E como era sabido de todos, havia entre ele e o administrador do hospital um acordo secreto que beneficiava esse último.

E mais: a matéria afirmava que o administrador era um homem bem situado economicamente que vivia folgadamente, possuindo propriedades que não foram adquiridas com seus parcos vencimentos, nem foram frutos de herança, daí deduzir que ele sabia tirar proveito do cargo que ocupava, fazendo negociatas em prejuízo do Estado.

Como exemplo, a matéria afirmava que o administrador fornecia dinheiro a um funcionário do Departamento de Saúde e esse comprava legumes e verduras que eram revendidos ao hospital por preços estipulados por ele mesmo. O certo, na visão do missivista (e quem não concordaria com ele) era que esses produtos fossem comprados "diretamente nas fontes de produção, em vez de negociar com o dinheiro do Estado". Com esse procedimento, os enfermos do *Santa Terezinha* ficavam sujeitos a um regime de subalimentação.

Ainda que a denúncia tenha sido anônima, anônimos não ficavam o administrador e o funcionário do Departamento de Saúde que tinham seus nomes revelados na reportagem: O administrador chamava-se Clovis e o funcionário Antônio Martins Lima. Como no Hospital Santa Terezinha só havia um administrador com esse nome, rapidamente chegou-se ao autor da infração, ou melhor, da corrupção. Clovis de Andrade Veiga, como se chamava, seria um corrupto.

Para finalizar, questionava: Por que o Departamento de Saúde não fazia voltar o administrador a sua antiga função? Por que não fazia uma sindicância? Afinal, o administrador era considerado um dos maiores responsáveis pelas angústias e sofrimentos por que vinham passando os doentes do hospital. Aliás, esses mereciam "destino melhor e mais humano".

Três dias depois, o médico César de Araújo[1], diretor do hospital Santa Terezinha, mesmo não tendo sido atacado diretamente na reportagem, uma vez que essa

[1] O médico César de Araújo nasceu em 1898. Em 1915 ingressou no curso de medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, formando-se em 1920. Em 1927, apresentou tese de concurso para livre docente de clínica médica intitulada *Sobre a indicação e os resultados do pneumotórax artificial na tuberculose pulmonar*. Em 1947, defendeu tese de concurso sobre *Brônquios e tuberculose*. Cesar de Araújo também ocupou papel de destaque em outras instituições voltadas para a tuberculose na Bahia. Foi o primeiro Inspetor Técnico de Tuberculose, da Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose. Foi o Diretor médico da Fundação Anti- Tuberculose Santa Terezinha. E mais tarde, o primeiro diretor do Hospital Sanatório Santa Terezinha.

dizia considerá-lo um "dedicado e interessado" dirigente que poderia até mesmo desconhecer os problemas vividos pelo instituição, foi a público, através do mesmo periódico, para se pronunciar a respeito de tão delicado assunto (Diário da Bahia, 07 de junho de 1946). Como diretor do hospital dizia dispensar a tentativa do jornal em poupá-lo, afinal, que interesse e dedicação eram esses de um diretor que assistia seus doentes morrer de fome, que os deixava sem asseio, que permitia que um funcionário fizesse negociatas, entre outras denúncias? Para ele havia, há muito, 'um silencioso roer de traças' no nome e na vida do "pobre hospital, que um idealista fez viver um dia". Um idealista tolo, como todos os idealistas que em vez de cuidar da sua vida "deu de se meter na alheia", com os desamparados "vítimas da tuberculose", que deixavam de recuperar a saúde e andavam "morrendo nas sarjetas".

E dizia não compreender como o *Diário da Bahia*, o grande órgão da imprensa baiana que desde menino tinha se acostumado a respeitar, tivesse sido o veículo de tais informações.

Ele buscava responder a cada acusação, ressaltando o trabalho duro e heróico que era manter em funcionamento o referido hospital. Havia "enciclopédia de ofícios que conservava no seu arquivo, pedindo, solicitando, implorando aos poderes públicos toda espécie de providência para sanar as dificuldades cotidianas do hospital. E não eram poucas. As providências, segundo afirmava, quando chegavam, chegavam "devagarzinho e de muleta".

Os problemas eram estruturais. A cozinha, por exemplo, tinha defeitos de instalação além de falta de pessoal. Para conseguir seu conserto, precisou pedir há cerca de três anos que o hospital fosse fechado. O então interventor (na época Renato Onofre Pinto Aleixo), considerado por ele como um "homem de coração", lá esteve pessoalmente. Mas, mesmo assim, somente um ano e meio depois estava tudo pronto. Durante esse tempo, o hospital funcionou com uma cozinha improvisada "três, quatro pedras juntas e uma panela em cima, alguns fogareiros, tudo sob uma cobertura de emergência feita de zinco".

No entanto, não obstante as dificuldades, Cesar de Araújo afirmava que no hospital se fazia quase tudo que de melhor havia em matéria de tratamento da tuberculose. O nosocômio já tinha socorrido perto de 2000 doentes "nesses seus anos de existência duramente pelejados".

César de Araújo considerava as acusações injustas e buscava refutá-las. Aliás, o funcionamento do hospital ocorria graças à dedicação dos seus funcionários que não mediam esforços e sacrifícios. Há tempos que toda a tubulação de vapor da cozinha estava vazando. A caldeira estava defeituosa. O fogão principal só estava aquecendo no centro. Quanto ao asseio, se havia a afirmação de que deixava a desejar, já tinha sido muito pior. Mesmo assim, num quadro de 28 enfermeiras o hospital só dispunha de dez. Ele aproveitava para denunciar que em janeiro daquele ano foi publicado um decreto vedando o preenchimento de cargos de extranumerários em vacância.

Escrito de forma primorosa, esse texto, além de defender o administrador e o hospital, torna-se um importante documento revelador da visão de César de Araújo acerca da história da instituição. No entanto, constitui-se também como um verdadeiro testemunho das inúmeras dificuldades pelas quais passava o nosocômio desde o momento de sua criação, bem como revela sua visão sobre as possíveis soluções.

O seu refinamento estilístico indica que foi direcionado à elite letrada da Bahia, principal público leitor de jornais da grande imprensa baiana no período, haja vista o alto índice de analfabetismo existente no estado.

O que fica da leitura da matéria de César de Araújo, é que o hospital sempre enfrentou dificuldades para funcionar. Nunca tinha sido diferente. E continuava com as portas abertas graças ao imenso esforço coletivo. Assim, o conteúdo da matéria que ele publicou no jornal *Diário da Bahia* não consegue desfazer a imagem de precariedade do cotidiano do hospital.

Quanto às acusações feitas ao administrador questionando a sua honestidade, César de Araújo as refutava dizendo nada comprovar essa afirmação. Aliás, um dos critérios para a admissão do administrador Clovis foi justamente haver mais de um louvor pelo seu caráter na sua ficha funcional. Portanto, não podia deixar de defender imediatamente e com justiça o administrador, na medida em que ele era acusado de ser um dos maiores responsáveis por todas as angústias e os sofrimentos que ultimamente vinham passando os doentes do Hospital Santa Terezinha. Afinal, era complexa a origem das falhas existentes, fruto de uma etiologia geral que conturbava a organização hospitalar brasileira, portanto não somente da Bahia.

Para ele, a grande causadora de tudo era a "burocracia, a super burocracia", bem diferente do que aconteceu na América do Norte, que por não ter burocratizado seus

hospitais, deixava-os a cargo de agremiações privadas, apenas subvencionadas e rigorosamente fiscalizadas.

O jornal *A Tarde*, importante periódico que circulava na Bahia no período não ficou imune às discussões. A matéria intitulada "A melhor solução", publicada na edição do dia 17 de junho, após mostrar perplexidade em relação à situação do "jovem" hospital e solidarizar-se com o seu diretor, lamentava nunca se ter tentado racionalizar os serviços públicos. E concluía reproduzindo a opinião de César de Araújo quanto à necessidade de seguir o exemplo norte americano no que diz respeito a deixar seus hospitais e as demais organizações do mesmo gênero a cargo das organizações privadas (*A Tarde*, 17 de junho de 1946).

Para além da repercussão na imprensa local, a denúncia anônima publicada no jornal *Diário da Bahia*, em 04 de junho de 1946, teve desdobramentos imediatos. No dia seguinte, o administrador Clovis de Andrade Veiga solicitou à direção do hospital a abertura de um processo administrativo o que foi prontamente aceito. O resultado foi exposto em 252 páginas, nas quais foram ouvidas vinte e seis pessoas entre médicos, funcionários, o diretor da instituição César de Araújo e fornecedores. Os autos desse processo estão disponíveis para consulta no Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. Neles estão anexados diversos pedidos do médico César de Araújo, para que o governo tomasse providências, pois os problemas existentes atingiam todas as áreas do hospital: cozinha, rouparia, fornecimento de alimentação, abastecimento de lenha, caldeiraria, pessoal capacitado para o trabalho etc. Ou seja, os problemas que tinham vindo a público após a denúncia feita no jornal *Diário da Bahia* contra o administrador existiam desde os primórdios do funcionamento do hospital. No processo ainda encontra-se anexada uma carta anônima, datada de 11 de junho de 1946, endereçada ao secretário de inquérito, com o seguinte conteúdo:

> *"O fim desta é pedir que vossa senhoria venha até aqui ouvi os doentes. Depois da noticia e esperando esse inquérito melhorou mais um pouco a merenda e a alimentação é um abacaxi. Remédio injeção não temos. O leite é água, posta mesmo aqui. Seu Aguiar da Soledade é o fornecedor. Os gêneros que vem é*

> *de segunda, arroz com barata, banana peca etc. Pelo amor dos filhos do senhor venha de surpresa melhor na hora do almoço."* E assinada como *"um miserável que não morre na sarjeta mas de fome. Um doente"* (APEB, Secretaria de Educação e Saúde, Gabinete do Secretário. Caixa 4024, maço 09. p. 52)

Corrupção, negociatas, pacientes em regime de subalimentação, que crise era essa por que passava o *Santa Terezinha*, hospital público voltado para o atendimento de portadores de tuberculose?

Responder a essa pergunta requer voltarmos atenção não apenas para a história dessa instituição, inaugurada em 1942, como também para a própria história da tuberculose na Bahia, trazendo a discussão para o contexto dos anos de 1946.

Em primeiro lugar, na Bahia, assim como em outros estados do Brasil, a ideia de construção de sanatórios e hospitais específicos para portadores dessa doença era antiga, estando presente no momento de criação da Liga Bahiana contra a Tuberculose, instituição filantrópica, criada em 1900. O médico Matheus dos Santos, um dos fundadores da Liga, chegou a elaborar um projeto de construção de um sanatório que não se realizou, em função da dificuldade econômica que sempre acompanhou a instituição. A proposta de construção de sanatórios acabou sendo substituída pela criação de dispensários, espécie de centro de profilaxia, diagnóstico, tratamento e orientação em relação à tuberculose, cuja construção e funcionamento exigiam custos bem menores que os sanatórios (ARAÚJO, 1998, p. 41). As obras para a construção do primeiro dispensário no estado da Bahia foram iniciadas em 1907, mas a falta de recursos para a sua finalização levou a que fossem concluídas em 1919. Depois de inaugurado, não pode funcionar regularmente por falta de equipamentos e condição para o pagamento do pessoal especializado (ARAÚJO, 1998, p. 38). Assim, o Dispensário Ramiro de Azevedo, como foi denominado, só abriu as portas para atendimento em 1923, depois que o médico Alfredo Britto viajou para o Rio de Janeiro para conseguir apoio do Departamento Nacional de Saúde Pública que através da Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose tinha entre suas atribuições auxiliar as ações de combate à tuberculose nos estados da federação. O Dispensário Ramiro de Azevedo enfrentou sérias dificuldades de funcionamento. Em 1930, ele foi incorporado ao Estado.

No entanto, a discussão acerca da necessidade de criação de sanatórios e hospitais específicos para o atendimento de tuberculosos nunca foi de todo abandonada no meio médico baiano. Em 1923, o médico Alfredo Britto apresentou um relatório ao chefe do Serviço de Saneamento Rural da Bahia, mostrando não só as ações que estavam sendo desenvolvidas no referido Dispensário, como também as dificuldades enfrentadas e as sugestões apontadas. Alfredo Britto dizia que, apesar do serviço funcionar com regularidade, havia muitas falhas e deficiências. Entre elas, a ausência de um hospital para o encaminhamento dos doentes. A pobreza dos pacientes inviabilizava todas as orientações profiláticas. Para demonstrar a necessidade inadiável deste elemento de combate à *peste branca*, Britto citava o exemplo de um doente que dormia com cinco pessoas no mesmo quarto e, pior, "na mesma cama porque toda a casa para uma família de seis pessoas" se resumia a "um cômodo único" que servia "simultaneamente de sala de visitas, sala de jantar, quarto de dormir e cozinha." E prosseguia, questionando: "Como conseguir uma profilaxia perfeita em meio de tanta miséria? Como impedir uma contaminação em meio a tanta promiscuidade?" E lembrava que esse não era um "quadro isolado", pois havia muitos semelhantes (APEB. Caixa 3697, maço 1031).

Alguns anos mais tarde, o tema relacionado à criação de hospitais voltou à discussão quando da realização do I Congresso Regional de Medicina da Bahia, em 1935. Nesse evento, foi apresentado pelo médico José Silveira[2] um plano de ação contra a tuberculose o qual previa que o governo do estado coordenasse as ações contra a tuberculose na Bahia. Mesmo que esse plano tenha considerado o Dispensário Ramiro de Azevedo como elemento central da campanha, seguindo o modelo existente em outras localidades, havia a previsão de criação de um hospital sanatório (SILVEIRA, 1935).

Apesar do governo do estado ter recusado a implantação do plano proposto, criou uma Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose, através da Lei 54, de 25 de julho de 1936, diretamente ligada à Secretaria de Educação e Saúde. Essa lei autorizou a abertura

[2] O médico José Silveira nasceu em Santo Amaro, na Bahia, em 1904. Iniciou seus estudos na terra natal mudando-se posteriormente para Salvador para cursar a Faculdade de Medicina. Formou-se em medicina, em 1927, tendo defendido tese de doutoramento em 1928, discorrendo sobre a *Radiologia da Descendente*. Fundou o Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose - IBIT, em 1937, e ocupou a cátedra de tisiologia na Faculdade de Medicina da Bahia, mediante concurso realizado em 1949.

de um crédito especial de 1.000:000$000 (um mil contos de réis), para atender as primeiras providências de combate à tuberculose como, por exemplo, a construção de um hospital sanatório. O médico César de Araújo foi inclusive o primeiro Inspetor Técnico da Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose.

A criação dessa Inspetoria representou a primeira grande investida pública do governo estadual no combate à tuberculose, assim como a inauguração do Hospital Santa Terezinha foi uma importante medida governamental para o enfrentamento dessa moléstia.

Assim, se a discussão em torno da importância da criação de Hospitais e Sanatórios como instrumentos de combate da tuberculose na Bahia esteve presente dede o momento em que foram criadas as primeiras instituições, a concretização dessa proposta só ocorreria mais de quarenta anos depois.

Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, foram prometidas medidas para o controle da tuberculose. Em 1938, Vargas encomendou ao higienista João de Barros Barreto, então Diretor do Departamento Nacional de Saúde, um plano nacional e centralizador de combate à tuberculose. Dois anos depois, em 1940, Barros Barreto o apresentou "ressaltando que a tuberculose era a ameaça sanitária número um do país". Ele propunha "a criação de uma rede de sanatórios federais, localizados nas periferias das maiores cidades brasileiras." O plano foi aprovado, mas nunca colocado efetivamente em prática, sob a alegação de que não havia verbas (BERTOLLI Filho, 2001: 70-71).

De qualquer forma, o médico César de Araújo, no momento de inauguração do Hospital Santa Terezinha, no início da década de 1940, como seu primeiro diretor, não deixou de propagandear sua fé na política que estava sendo adotada no Brasil, política essa de valorização do homem, da coletividade, com suas leis de previdência justas e bem orientadas, voltadas para as imperfeições sociais. Nas suas palavras, a tuberculose era um expoente de todas as deficiências humanas. Os poderes públicos já estavam trabalhando diretamente na grave questão. Em diversos pontos do país estavam sendo erigidos, seja às custas dos estados, seja financiados pelo governo federal, sanatórios, dispensários e outros órgãos de profilaxia. O grande presidente Getúlio Vargas voltava os olhos para a questão da tuberculose ordenando providências oportunas e patrióticas. Na Bahia, segundo ressaltava, havia nos últimos tempos esse movimento contra a tuberculose. E concluía elogiando o governo do interventor Landulfo Alves pelo imenso serviço que estava prestando (ARAÚJO, 1998: 47-52). Aproveitou também para evocar

a grandiosidade da instituição "órgão de saúde e de assistência, instrumento de prevenção e de amparo, florão do progresso e da solidariedade da nossa terra."

Nesse período, as ações direcionadas ao enfrentamento da tuberculose na Bahia, para além da Inspetoria, do Hospital e do Dispensário Ramiro de Azevedo, eram desenvolvidas também no plano da iniciativa privada através do Instituto Brasileiro de Investigação da Tuberculose, criado em 1937. Portanto, é possível dizer que na Bahia havia dois grupos que atuavam na área de tisiologia: o grupo ligado ao Dispensário Ramiro de Azevedo e ao Hospital Santa Terezinha, ambas as instituições públicas, que tinham o médico César de Araújo como um profissional destacado, e o grupo ligado a José Silveira e ao Instituto, Brasileiro para Investigação da Tuberculose – IBIT, uma instituição privada.

O hospital vivia em crise desde o momento em que foi inaugurado, funcionando, como vimos anteriormente, na maior penúria. Aliás, no mesmo ano em que hospital abriu as portas para funcionamento, o IBIT recebia ajuda do governo do estado para a construção da sede própria, no valor de 1/3 do total estimado para a obra. Ou seja, uma instituição privada consegue apoio financeiro do governo do Estado da Bahia no mesmo período em que o Hospital público, voltado para o atendimento de portadores de tuberculose, era inaugurado, funcionando desde sempre com inúmeras dificuldades.

A existência desses dois grupos, um inserido em instituições públicas e outro numa instituição privada, longe de representar diferentes concepções de ações de saúde, eram provenientes de divergências pontuais e pessoais, afinal seus principais representantes defendiam que as ações contra a tuberculose ficassem a cargo das organizações privadas, cabendo ao Estado apenas subvencioná-las e fiscalizá-las. Portanto, até mesmo para César de Araújo, diretor do Hospital Santa Terezinha, os problemas enfrentados pelo nosocômio seriam resolvidos com a privatização.

Por fim, as discussões veiculadas nos jornais *Diário da Bahia* e *A Tarde* revelam aspectos das articulações políticas gerais. O jornal *Diário da Bahia* era um periódico que havia defendido o interventor Renato Onofre Pinto Aleixo (1942-1945) ao executivo estadual e no plano nacional, apoiou a candidatura de Eurico Gaspar Dutra, do PSD, ao governo federal. O jornal *A Tarde*, por sua vez, criado em 1912 por Ernesto Simões Filho, tinha uma filiação política próxima à UDN. Em 1945, apoiou a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes para o executivo nacional.

Além disso, o ano de 1946 era o momento em que a Bahia e o Brasil ainda viviam os desdobramentos da chamada redemocratização de 1945, que havia colocado o general Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) no poder. A perspectiva de "redemocratização" acirrou os ânimos locais. Em torno dos liberais baianos, reunidos na Concentração Autonomista da Bahia, se juntou o antigo opositor, o interventor Juracy Magalhães, reforçando a pressão em direção à volta das liberdades democráticas. Nesse contexto, colocava-se a possibilidade de retorno de políticos que tinham sido exilados durante o Estado Novo. Otávio Mangabeira, um dos maiores representantes da Concentração Autonomista, era um deles (SILVA, 2000: 45-46) Esse político se candidatou às eleições do executivo baiano, em 1946, pela UDN, conseguindo a vitória. Teve apoio do PSD e do PCB.

O jornal *A Tarde*, ao concordar com a posição do médico César de Araújo quanto à necessidade de seguir o exemplo norte americano no que diz respeito a deixar seus hospitais à cargo das organizações privadas apenas referendava as concepções de Ernesto Simões Filho, seu fundador, diretor e proprietário, um dos representantes da UDN baiana, ferrenho apoiador da candidatura de Otávio Mangabeira.

Ao assumir o executivo baiano, Otávio Mangabeira (1947-1951), revelou categoricamente a opinião do seu grupo político, tanto em relação às ações contra a tuberculose especificamente, quanto em relação às ações de saúde de um modo geral. Ao visitar a sede própria do IBIT, registrou que o Instituto era a melhor coisa que tinha visto na Bahia, convencendo-o de que "os serviços de saúde e assistência social" deveriam ser "confiados, de preferência, à própria sociedade, limitando-se o poder público a ajudá-los financeiramente e fiscalizar-lhe as atividades." E isso não foi tudo, durante o seu governo, o IBIT foi contemplado com 15 apólices estaduais de um milhão de cruzeiros cada, para o patrimônio da referida Instituição. A renda dessas apólices possibilitou estabilidade financeira de uma instituição privada. Além do mais, o governador Otávio Mangabeira convidou José Silveira para ser Diretor do Departamento Estadual de Saúde, cargo que assumiu por alguns meses. Ainda durante o governo de Otávio Mangabeira, a Campanha Nacional Contra a Tuberculose (CNCT), órgão criado em 1946 e ligado ao Serviço Nacional de Tuberculose, nos seus primeiros acordos, contemplou o governo do estado da Bahia e o IBIT.

Quanto ao Hospital Santa Terezinha, seguindo a tendência geral das demais instituições da área de tisiologia, estendeu seu campo de atenção em direção às demais doenças do tórax. Continuou sendo uma instituição pública cujo funcionamento ocorria com precariedade, apesar de ter ampliado suas instalações. Seu nome, no entanto é que foi mudado. Passou a ser Hospital Otávio Mangabeira, em homenagem ao governador que na sua gestão demarcou com segurança a direção privatista das ações de saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APEB. Caixa 3697, maço 1031. Relatório enviado pelo médico Alfredo Britto ao Sr. Sebastião Barroso, chefe do Serviço de Saneamento Rural da Bahia, relativo ao serviço realizado no Dispensário Ramiro de Azevedo no ano de 1923.

APEBA, Secretaria de Educação e Saúde, Gabinete do Secretário. Caixa 4024, maço 09, 1946.

APEB, Lei 54, de 25 de julho de 1936, cria a Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose.

ARAÚJO, César. Discursos de César de Araújo. Salvador: Academia de Letras da Bahia. Secretaria da Cultura e Turismo. EGBA, 1998.

BERTOLLI Filho, Claudio. *História social da tuberculose e do tuberculoso 1900-1950*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

CAMPOS, André Luiz Vieira de Campos. *Políticas Internacionais de Saúde na era Vargas*: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

FERNANDES, Tânia Maria Dias (coord.) *Memória da tuberculose:* acervo de depoimentos. Rio de Janeiro: FIOCRUZ: Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Nacional de Saúde, 1993.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. Saúde no Governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

HOCHMAN, Gilberto e ARMUS, Diego (org.). *Cuidar, Controlar, Curar*: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.

HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde pública no Brasil (1930-1945). In: Educar, Curitiba, n. 25, p. 127-141, 2005.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. *Fundação Ataulpho de Paiva:* (Liga Brasileira contra a Tuberculose): um século de luta. Rio de Janeiro: Quadratim, 2002.

NASCIMENTO, D. R. do. *As Pestes do Século XX:* tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

NUNES, Fábio de. Carvalho. *A Mortalidade por Tuberculose na Cidade do Salvador*. Salvador: Secretaria de Educação e Saúde, 1949.

Revista Brasileira de Tuberculose 9 e 10, 1947, p. 82-84. Convênio celebrado entre o Serviço Nacional de Tuberculose e o Estado da Bahia.

SANTOS, Luiz Antônio de Castro. *O Pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade*. Dados. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 28, n 2, p. 193-210, 1985.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição:* luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949*)*. Salvador: EDUFBA, 2000.

_____. *A volta do jogo democrático. Bahia 1945*. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992.

SILVEIRA, José. *Plano de ação anti-tuberculose*, apresentado no Primeiro Congresso Regional de Medicina da Bahia, em 1935 (mimeo).

SILVEIRA, José. *À sombra de uma sigla*. Salvador: Gráfica Econômico e Administração LTDA, 1977.

_____ *O alemão do Canela*. Salvador: edição do autor, 1988.

_____ *Uma doença esquecida*: a história da tuberculose na Bahia. Salvador: Centro editorial e didático da UFBA, 1994.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10ª edição (revista e ampliada) São Paulo: Editora UNESP / Salvador: EDUFBA, 2001.